

ARTIGOS/ENSAIOS

A memória subterrânea na narrativa do espaço urbano: contribuição teórica para a folkcomunicação

Gerson de Souza



A memória subterrânea na narrativa do espaço urbano: contribuição teórica para a folkcomunicação¹

Gerson de Sousa²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar como a narrativa de sujeitos marginalizados, por meio de testemunhos orais, com o intuito de reconstruir outro discurso sobre a história, pelo reviver da memória subterrânea ou marginalizada, contribui para conceituar o processo de comunicação na Teoria da Folkcomunicação. A proposta é analisar pesquisa de campo realizado com velhos moradores na cidade de Campinas, interior de São Paulo, cujo objetivo era reconstruir a história da cidade em contraponto ao discurso oficial. Essa análise permite entender como os testemunhos desses moradores, agora gravados e disseminados em meios de comunicação alternativos para as novas gerações, possibilitam identificar as estratégias utilizadas pelos grupos marginalizados, como conceitua Luiz Beltrão, no campo comunicativo.

PALAVRAS-CHAVE

Memória; folkcomunicação; velhice; modernidade; cultura popular

Memory underground in the narrative of urban space: theoretical contribution to folk communication

ABSTRACT

This article aims to analyze how the narrative of marginalized subjects through oral testimony, in order to rebuild another speech about the history, reliving memory underground or marginalized, helps to conceptualize the process of communication in the Theory of folk communication. The proposal is to analyze field research conducted with older residents in the city of Campinas, São Paulo, whose aim was to reconstruct the history of the city as opposed to the official discourse. This analysis allows us to understand how the testimonies of those residents now recorded and disseminated in alternative media for the new generations, allow to identify the strategies used by marginalized groups, as conceptualized Luiz Beltrão field communicative.

KEYWORDS

Memory; folk communication, old age, modernity, popular culture

¹ Trabalho apresentado no GT4 – Folkcomunicação, Campos de Pesquisa, Teoria e Metodologia, evento componente do XII Conferência Brasileira da Folkcomunicação, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig).

² Professor Doutor em Ciências da Comunicação pela ECA/USP e adjunto do Curso de Comunicação Social: Habilitação em Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: gerson@faced.ufu.br

Introdução

A construção da identidade da cidade, como sujeito universal (CERTEAU, 1994; 1997), nem sempre se faz em harmonia e com a valorização dos sujeitos mergulhados nas relações sociais. O discurso hegemônico da formação da história é alimentado em cada micro estrutura das cidades, dos bairros, e legitimado ao ser disseminado ciclicamente pelo massivo. No entanto, é possível destacar que essa predominância não acontece em mar de tranquilidade. Há outro valor constitutivo da formação identitária da cidade cujo sentido está associado ao silêncio do indivíduo. Ou, para situar o embate: no indizível do sujeito marginalizado (QUEIROZ, 2008).

Ao denunciar a hierarquia do poder de uma voz tornada oficial, imposta como fato histórico pela “verdade” estampada no massivo, o velho pobre tem a sua voz retirada do espaço público por ato de violência, numa estratégia da estrutura a lhe negar a identidade. Mas esse silêncio não significa a sua morte. Pelo contrário: o conflito se refaz no movimento de instigar a consciência de si, do ato da revolta ou da simples constatação de ter tido o direito subtraído. Ao transformar a imposição com sentido negativo de recusa da identidade para o valor positivo em exigir o direito como sujeito no presente, o cidadão desvela e enfrenta a força que o procura torná-lo objeto. A experiência vivida do velho, neste embate, se configura como aspecto representativo do que se denomina memória subterrânea ou marginalizada (POLLAK, 1992; 1989).

É este movimento que conceituo como Expressão do Silêncio. Há um erro em considerar essa forma expressiva do silêncio como mera passividade do sujeito. Ora a passividade é adotada para retratá-lo como mais um número na multidão; ora como receptor levado a ser “ativo” diante de uma tecnologia, cuja consciência ou comportamento está condicionado ao poder de efeito do meio. A incoerência teórica, nesta linha de raciocínio, está em hierarquizar o poder econômico sobre o cultural e considerar como movimento automático dois lugares distintos da produção de sentido do processo comunicativo.

O primeiro é a análise da transmissão e o sentido produzido na mensagem pelo emissor; o segundo é o sentido adicionado ao significado produzido na mensagem pelo sujeito, tratado como receptor. E, neste segundo aspecto, há de considerar a produção e circulação da mensagem. Longe de considerar o velho como mero sujeito passivo da vida ou dos acontecimentos disseminados na mídia, “o silêncio mantido por algum tempo

demarca as tensões e conflitos vivenciados por ele nas relações sociais” (POLLAK, 1989): a violência física sofrida no passado e a violência simbólica no presente.

Para desconstruir esse discurso automático do ser passivo torna-se necessário mergulhar nas tensões e conflitos da construção da identidade tanto do sujeito universal (cidade) quanto do velho morador. Essa fundamentação teórica permite entender como os sujeitos marginalizados passam a se utilizar de meios alternativos para tornar o indizível em dizível. Para isso é necessário desfazer o discurso de ser o exercício da memória mero “resgate” do passado.

Lembrar é reviver o passado com a consciência e a contextualização histórica do sujeito no presente. A memória é a revelação e o trabalho do vivido pelo sujeito. Para que essas vozes sejam ouvidas por novos leitores nesta sociedade, esses grupos sociais têm cada vez mais se engajados na participação de pesquisas realizadas em universidades a partir das narrativas das experiências de vida. Os testemunhos gravados em meios digitais, seja em imagens seja meramente em áudio, são colocados como instrumento para instigar a consciência do público mais jovem. O objetivo é preciso: entender as mudanças sofridas pelos sujeitos e pela cidade no processo de modernização.

Este artigo tem por objetivo analisar como a narrativa de sujeitos marginalizados, velhos pobres moradores da cidade Campinas, interior de São Paulo, contribui para discutir o processo de comunicação na Teoria da Folkcomunicação. O trabalho realizado por pesquisadores da Universidade de Campinas (Unicamp) e analisado por mim na tese de doutorado (SOUSA, 2008) com homens e mulheres participantes do programa da Terceira Idade se fundamentou por meio de testemunhos orais. A proposta é reconstruir outro discurso sobre a história, pelo reviver da memória subterrânea. Essa análise permite entender como os testemunhos desses moradores, agora gravados e disseminados em meios de comunicação alternativos para as novas gerações, possibilitam identificar as táticas e estratégias utilizadas pelos grupos marginalizados no campo comunicativo.

O conceito de táticas está sendo utilizado aqui como concebe CERTEAU (1994):

“As táticas são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo – às circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável, à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço, às relações entre momentos sucessivos de um ‘golpe’, aos cruzamentos possíveis de durações e ritmos heterogêneos.” (CERTEAU, 1994, p.102).

Assim a “tática é movimento *dentro do campo de visão do inimigo* e no espaço por ele controlado”. (...) Em suma, a tática é a arte do fraco.” (CERTEAU, 1994, p. 102) É nesse processo que é possível entender o estado de tensão e conflito do velho para estabelecer sentido e significado no cotidiano vivido do tempo e espaço. Ao criticar o discurso tornado oficial do que é divulgado pelo grupo hegemônico como legítimo da história da cidade pelo meio massivo, esses sujeitos marginalizados se defrontam diante de situações distintas: primeiro, reconstruir o sentido da cidade a partir do indizível no decurso da construção da história da cidade. Segundo, estabelecer o significado da própria experiência de vida ao contextualizar o passado com a consciência no presente.

Ao considerar como protagonista do sentido desta outra história esses sujeitos marginalizados, como apontados por Luiz BELTRÃO (1980), ao conceituar folkcomunicação, este artigo pretende contribuir para analisar o conceito de comunicação como processo. Esse conceito implica na necessidade do pesquisador mergulhar na construção de identidade dos grupos sociais e na sua relação com o processo comunicativo. E ao privilegiar o outro, a cultura, como essência de construção teórica da Folkcomunicação, esse caminho exige construir a análise teórica para além dos dois sentidos ou múltiplos sentidos da comunicação, em que se predomina a importância dos líderes de opinião, proposto por Paul Lazarsfeld (WOLF, 1995, p. 20).

Ao institucionalizar o termo Folkcomunicação, nos anos 60, na história da Teoria da Comunicação, Luiz Beltrão tem como objetivo “o estudo dos procedimentos comunicacionais pelos quais as manifestações da cultura popular ou do folclore se expandem, se sociabilizam, convivem com outras cadeias comunicacionais, sofrem modificações por influência da comunicação massificada e industrializada ou se modificam quando apropriadas por tais complexos” HOELFELDT (2003). Ao destacar a importância dos procedimentos comunicacionais, HOELFELDT (2003) permite esclarecer “que Folkcomunicação não é o estudo da cultura popular ou do folclore”.

O principal sintoma de se trabalhar com o conceito de folkcomunicação como apresenta Luiz BELTRÃO (1980) é quebrar a hierarquia de poder em que considera o massivo como superior a outras formas de manifestações da cultura. As expressões comunicativas do folk passam a atuar com o mesmo grau de importância. Para se atingir essa análise é preciso retirar o conceito de cultura popular como algo estático ou da necessidade de preservá-la da contaminação do desenvolvimento econômico-social. A

cultura é um processo dinâmico e ao estabelecer a relação com o massivo há a interação entre o popular e o massivo. É nesta relação que o pesquisador deve mergulhar para entender as tensões e conflitos vivenciados pelos sujeitos. Na pesquisa em que apresentarei abaixo, essa metodologia será empregada para a análise da importância da narrativa de velhos moradores de campinas.

Velhice marginalizada

Para entender a utilização do termo velho marginalizado neste artigo e como ele pode ser estendido em consonância ao empregado por BELTRÃO (1980) torna-se necessário contextualizar a realidade histórica no Brasil. Os trabalhos com homens e mulheres da Velhice ou da Terceira Idade, que recentemente são desenvolvidos no Brasil, têm o claro propósito de ir além da denúncia sobre a marginalização dessas pessoas excluídas pelo sistema capitalista. É possível identificar, desde a década de 70, duas linhas significativas que tomam conta das pesquisas: a primeira, que se orienta no campo político-econômico, procura demonstrar que a exclusão do velho, que se acentuou na primeira revolução industrial, se estende com mais intensidade na Sociedade de Informação e Comunicação (BEAUVOIR, 1994; BOSI, 1994).

Esse processo pode ser medido pelo deslocamento da alienação do trabalho à alienação de expressão comunicacional. A preocupação é mostrar como a estrutura capitalista, usando os aparatos tecnológicos, acentua não só a marginalização dos velhos como de outros segmentos sociais. A segunda linha parte da mesma exclusão só que com outra abordagem voltada ao campo educacional: é necessário buscar alternativas em integrar o idoso na Sociedade de Informação, como analisa DEBERT (1999).

Em análise anterior (SOUSA, 2003) analiso como as diferenças dos fins das linhas determinam os meios como ambas contextualizam a questão da velhice na sociedade. Essa definição, avalio, também contribui para o emprego de metodologias diferentes: uma com a proposta de mostrar que a gênese da opressão está situada na desfiguração do trabalho, em que o homem somente representou como estatística, como mais um número nas fábricas. O discurso nessa linha é de que é preciso contestar o passado e revelar como o poder acentua as desigualdades sociais (BOSI, 1994)

A segunda metodologia parte da exclusão do idoso com o avanço da racionalidade técnica no campo da informação. Essa vertente vê o conflito que se instaura na

sobreposição da memória oficial à memória subalterna. Por isso, uma das abordagens nessa metodologia se serve do discurso oral para reescrever a história de bairros, cidades, da própria comunidade, ou do indivíduo, como meio de dimensionar a velhice no papel de agente social (VON SINSOM, 2005). Essa metodologia trata como importante a discussão no campo da educação e aponta, em alguns casos, que o acesso à informática significa dar cidadania a esses sujeitos.

Há explícito nessas metodologias que a modernidade é empregada como instrumento de controle de uma classe dominante e se materializa como política excludente do ser velho como sujeito histórico. É preciso denunciar que o discurso de construção da modernidade no Brasil, que se encaminha pelo lema “Ordem e Progresso”, se desenvolveu e foi implantado com o objetivo de moldar uma sociedade complexa brasileira à realidade europeia. Há uma elite hegemônica que desprezou as diferenças históricas da formação do povo brasileiro e estabeleceu uma particularidade como universalidade para o que se nomina como processo irreversível da modernidade.

A crise existencial que toma conta de milhares e milhares de aposentados quando atingem a tão sonhada meta existencial é um ponto importante para discutir, no decorrer desta história, como o trabalho é moldado ao sistema somente por seu aspecto da produção. A aposentadoria, que deveria ser um processo de reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelas pessoas durante longos anos de sua vida, passa a ter outro aspecto ideológico. Um aspecto que perpassa a questão do sofrimento.

As influências teóricas sofridas neste campo podem ser entendidas com uma obra significativa lançada na década de 70: **A Velhice**, de Simone de BEAUVOIR (1994). A proposta da autora tem um sentido político objetivado na introdução: “escrevo este livro para quebrar a conspiração do silêncio” ” (BEAUVOIR, 1994, p. 8). Em que consiste esta conspiração do silêncio? Um dos aspectos criticados por BEAUVOIR é que “a classe dominante adota a posição cômoda de não considerar os velhos como homens. Se lhes ouvíssemos a voz, seríamos obrigados a reconhecer que é uma voz humana”. E ela finaliza “eu forcerei meus leitores a ouvir essa voz” (BEAUVOIR, 1994, p. 8).

O teor da crítica está em mergulhar de forma profunda para entender porquê a experiência vivida do velho deixa de ser algo essencial para uma sociedade cuja referência é a sociedade industrial. E a autora examina que a diminuição do prestígio da velhice está associada ao descrédito da noção de experiência. “A sociedade tecnocrática de hoje não

crê que, com o passar dos anos, o saber se acumula, mas sim que acabe perecendo. A idade acarreta uma desqualificação. São os valores associados à juventude que são apreciados”. (BEAUVOIR, 1994, p. 257).

Nesse mesmo período, BOSI defende sua tese de livre docência com o título **Memória e Lembrança de velhos**. O diagnóstico da autora está na mesma linha da denúncia da exclusão do velho como destaca BEAUVOIR (1994). Mas outra questão se faz instigante na análise: a memória e a experiência vivida do sujeito marginalizado. É pelo seu testemunho que a sociedade tem um instrumento para reescrever o passado, dar um novo significado ao presente e iluminar o caminho do futuro.

A proposta de valorizar a velhice na sociedade da comunicação vem em parte amparada por este debate de reescrever o presente. Só que em vez de prevalecer o sentido positivo do velho, pela experiência vivida, agora se torna como referência no Brasil a denominação ser da Terceira Idade (DEBERT, 1999). A disseminação massiva deste grupo tem a impressão de se estar diante da valorização da experiência. Esse discurso só passa a ser questionado quando defrontamos com a necessidade de pesquisas para recolher narrativas da história de vida de velhos. A preocupação atual é com o que DEBERT (1999) entende como **Reprivatização da Velhice**.

Como problematiza DEBERT (1999) “numa sociedade altamente hierarquizada como a brasileira, corre-se o risco de transformar o direito de escolha num dever, numa obrigação de todo o cidadão”. (DEBERT, 1999, p. 229). Aponta-se que há uma liberdade de escolha, mas como discutimos anteriormente, nem todos têm os recursos para mudar a sua realidade. “Dar voz aos oprimidos pode, então, ser uma nova receita para tornar os mais velhos culpados pelos seus infortúnios, receita para uma vida sem dignidade e repleta de autodepreciação”. (DEBERT, 1999, p. 230). É esse processo que a antropóloga nomina como reprivatização da velhice. Debert identifica nesse novo discurso que se está diante de um novo tipo de conspiração do silêncio. Mas o silêncio que se estrutura nesse incentivo a um determinado tipo de envelhecimento positivo será perturbado constantemente, para lembrar que há outras formas de sabedoria e há homens e mulheres sofrendo por causas maiores que o abandono.

Reconstrução histórica

A proposta de reconstruir a história neste artigo é descrever, aprofundar e analisar a narrativa de homens e mulheres coletadas por meio da pesquisa de campo realizada com velhos moradores de Campinas. Esses depoimentos, incorporados na íntegra em outro trabalho (SOUSA, 2008), revelam as tensões e conflitos na formação de identidade do sujeito no movimento da história. O ponto de análise está estruturado no progresso acelerado ocorrido nos últimos setenta anos que alterou o cenário de espaço e tempo da cidade. Os bondes foram substituídos pelos ônibus, o espaço cultural virou loja de grife, o cinema virou clube ou supermercado, a avenida de passeio se tornou calçadão destinado a compras, as ruas de terras e calçadas com paralelepípedos estão soterradas pela camada de pavimentação asfáltica para facilitar o trânsito dos veículos. A lógica comercial somada à tecnologia industrial e científica invade o espaço da cidade, expulsando a cultura, congelada como tradição ou empurrada para a marginalidade sob a designação de populacho.

Essas mudanças produzem questionamentos sobre a identidade do sujeito universal: é possível identificar os contextos de conflitos em que a história da cidade se aproxima ou violenta a história do indivíduo? Como entender esse sentimento de o espaço vivido por tantos anos, considerado no percurso do viver como íntimo, agora tornado estranho na velhice? Em meio a essas interrogações outra pergunta se faz necessária: por quê a experiência de vida na cidade torna-se problemática no embate hegemônico para alguns grupos? A resposta está em entender como a prática de imposição uniforme da cidade torna obstáculo ao pretender universalizar as relações em vez de possibilitar as diferentes vozes da pluralidade cultural. A praça, os bancos, o coreto, os elementos estão no mesmo lugar, mas o espaço parece (e está) transformado em outro significado.

Ao todo dez idosos participaram do projeto Oficina da Memória, no período de 2005 e 2006, sob orientação da Faculdade de Educação da Unicamp. O processo de seleção dos participantes considerou as pessoas mais lúcidas, em princípio, e que residiam há mais de 40 anos em Campinas. Os critérios para a participação eram ter nascido em Campinas ou ter vivido pelo menos 40 anos na cidade. Os coordenadores montaram oficinas com os participantes para expor sobre temas variados. A orientação conceitual deste trabalho está articulada na proposta da professora Olga Von SIMSON:

“ao permitir a reconstrução de aspectos do passado recente, o trabalho com a memória possibilita uma transformação da consciência das pessoas

nele envolvidas direta ou indiretamente no que concerne à própria documentação histórica” (GIGLIO & Von SIMSON, 2001, p. 160).

A análise de reconstrução da história, por meio das lembranças, está na transformação da consciência de viver a realidade. O velho, ao narrar o passado, se encontra totalmente na história subjetiva (no cotidiano) e objetiva (violência da estrutura). Como testemunha do resultado do conflito ou da negociação de sentidos da sua ação e da estrutura social, a fragmentação perde sustentação e ele se vê em sua totalidade. É este despertar da consciência, da construção do sujeito como histórico, o ponto primordial para entender a proposta da Oficina de Memória.

As narrativas dos velhos permitem tornar dizível a violência do passado. Em Campinas, um tema frequente citado na narrativa é a derrubada do Teatro Municipal Carlos Gomes. O prédio demolido em 1965 ainda provoca inquietação do popular agora com suas vozes tornadas públicas no meio massivo. A principal dúvida está no motivo justificado por um laudo técnico para a derrubada do Teatro. Construído para ser tempo e espaço para a elite, a derrubada do espaço acontece no período em que os seus espetáculos são significativamente de cunho popular. Em seu lugar funciona atualmente uma loja de rede comercial.

Entre os sujeitos entrevistados está Sebastião da Silva, 80 anos. A crítica de Sebastião está em revelar a ação de um governo que desconsiderou o espaço frequentado com orgulho pelos moradores de Campinas. A demolição do teatro aconteceu de forma lenta. A tristeza se transformou em revolta. “Corre, correu um assunto na época que ele (prefeito) recebeu propina, dinheiro, para alegar que o teatro tinha problema e derrubar o teatro, demolir, para construção dessa firma, C&A”. (SOUSA, 2008, p. 150).

É preciso mergulhar na história da cidade para entender o contexto em que surge o espaço de ópera Teatro Carlos Gomes. Em meados do século 19, por volta de 1850, o espaço abrigava o então Teatro São Carlos. A cidade atravessava o período de modernização e se lançava em outro projeto arquitetônico. As ruas estreitas passaram a ser alargadas para o novo trânsito. Com isso, o Teatro São Carlos, instalado no centro da cidade, se torna pequeno para os anseios da elite. E veio a derrubada do prédio para atender aos novos contextos programados. A proposta da grandiosidade do Teatro Carlos Gomes era ser espaço de ópera, com predomínio de frequência da elite.

Símbolo da modernidade, o Teatro Carlos Gomes é inaugurado ao som da ópera O Guarani. Imponente, os grandes eventos trouxeram a euforia de uma cultura em

desenvolvimento no ritmo da cidade. O progresso material estava em “sintonia” com o progresso social por meio da cultura. A grandiosidade do Teatro atendia as aspirações da elite. Mas ao correr do tempo o espaço passou a abrigar cada vez mais eventos de cunho popular. Bailes de formatura e shows de cantor popular passaram a se tornar eventos frequentes do espaço. O centro da modernidade frequentado pelo popular se torna obstáculo para o progresso irreversível.

Em meio a toda área central, o teatro, símbolo da elite campineira, tornado espaço para expressão popular, se torna obstáculo para a modernidade. E vem o laudo técnico: a existência de fendas nas paredes e reentrâncias no piso do palco apresentava perigo de desabamento. Para evitar a tragédia era preciso proteger o popular. O teatro então é demolido para ceder lugar ao funcionamento de uma loja comercial. Aos poucos, sob os olhares do popular, o prédio era desconstruído, demolido. O sentido encontrado na forma de expressão do popular, quando parece permitir ao sujeito se agarrar como sólido, se esvai. É uma tristeza. O centro da cidade revelava a incompatibilidade do popular em meio ao processo de modernização, agora tendo de abrigar avenidas enormes para o trânsito de ônibus. A demolição da arquitetura da expressão popular vinha sob a justificativa de evitar a morte do popular.

As vozes não ouvidas durante a ação de derrubada do teatro passaram a ser pronunciadas em meio às matérias de cunho histórico disseminado no meio massivo. Em junho de 2007, o jornal **Correio Popular** expunha e ratificava por outra voz, a violência do econômico sobre o social. O advogado e construtor Milton Elias Mendes, 71, revela a mudança de comportamento tomada depois da derrubada do teatro. “Eu não vou ao teatro há muito tempo, pois gosto de ir como antigamente, de terno e gravata, e a minha mulher, de vestido”. (CARLOTA, Caderno C, 2007). “O meu tio, que era pedreiro, também conhecia bem o teatro e me lembro dele chorando durante a demolição”. (CARLOTA, Caderno C, 2007).

As lágrimas do pedreiro, do então aposentado Sebastião da Silva, de José Otterço e de outros mais personagens comuns da história de Campinas denunciam a incompatibilidade do econômico ao social. E ao mesmo tempo nos revelam a contradição da própria estrutura. No mundo moderno, onde a população passa a constituir o espaço da cidade, não torna mais possível um grupo econômico hegemônico se isolar em pleno espaço público. É um desejo a todo instante frustrado. Quais os indícios no mundo de hoje

sobre essa forma de expressão cultural, o Teatro Municipal, para as novas gerações tomarem consciência desse processo histórico?

Processo de comunicação

Ao analisar como a narrativa de velhos entrevistados se contrapõe à demolição do Teatro Municipal Carlos Gomes é possível identificar parte dos grupos urbanos marginalizados que contestam a cultura dominante. (BELTRÃO, 2004, p. 116). Esses grupos longe de serem meramente passivos questionam, interrogam e se contrapõem ao discurso oficial a partir de um discurso narrado por meio da experiência vivida. É nas relações de poder e conflito hegemônico entre o popular e a cultura dominante que se pode entender a construção histórica.

A memória assume aqui um fator decisivo no contexto contemporâneo. Como analisa BOSI:

“a memória não é oprimida apenas porque lhe foram roubadas suportes materiais, nem só porque o velho foi reduzido à monotonia da repetição. Mas também porque uma outra ação, mais daninha e sinistra, sufoca a lembrança: a história oficial celebrativa cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear as tradições dos vencidos” (BOSI, 1994, p. 19).

Por isso, a reconstrução histórica por meio dos velhos atua com a força de ligar o fio do passado com o presente.

Esse embate posto pelo reviver da memória do popular e o seu mergulho no massivo é um aspecto essencial para entender as pesquisas na Teoria da Folkcomunicação. Como aponta José Marques de MELO (1999):

“as hipóteses de Luiz Beltrão davam um passo adiante em relação aos postulados de Paul Lazarsfeld e Elihu Katz Enquanto aqueles cientistas atribuíam um caráter linear e individualista ao fluxo comunicacional em duas etapas, porque dependente da ação persuasiva dos “líderes de opinião”, o pesquisador pernambucano tinha a premonição de que o fenômeno era mais complexo, comportando uma interação bi-polar (pois incluía o “feed-back protagonizado pelos “agentes populares” no contato com os meios massivos”) e revelando a natureza coletiva” (MELO, 1999, p. 2).

A interpretação não está somente no sentido individual ou das lideranças comunitárias, mas do grupo social.

A memória se configura como elemento teórico-metodológico importante na análise de pesquisas em Folkcomunicação. O paradoxo está em que ao reconhecer a força política pelo reconstruir a história do outro marginalizado, torna-se necessário apontar

para uma preocupação teórica: o erro, ou o reducionismo do sujeito em seu testemunho, ao utilizar a memória pela memória. Esta é a defesa neste artigo: o mergulho no passado na pesquisa em comunicação tem peso importante no contexto presente para analisar dois aspectos: primeiro, a violência física sofrida por determinados grupos sociais no decurso da história e; segundo, serve ao mesmo tempo como método essencial para questionar a violência simbólica no presente em que há hegemonia da comunicação.

É neste contexto que a memória configura tema estratégico para entender o processo comunicativo. O pesquisador, que trabalha com a proposta de construir a história negada pelo outro, parte para o campo com a perspectiva de valorizar o sujeito simples, sua experiência de vida, e trazer ao público o indizível. Cada vez mais as pesquisas se nutrem do objetivo de reconstruir a história social a partir do testemunho de homens e mulheres marginalizados. E os trabalhos com os grupos marginalizados na Folkcomunicação se estruturam nesta linha.

A cilada dos trabalhos com este enfoque é que a pesquisa de campo corre o risco de se tornar mera confirmação de dados da defesa teórica do pesquisador. Imerso na proposta teórica e movido pelo objetivo de valorizar o passado pelo passado, como contraponto político, a pesquisa se esvazia de sentido ao ser tratada como mera etapa de objetivação do entrevistado. O sujeito entrevistado, tornado agora objeto do passado, é levado ao testemunho (des) amparado por pesquisadores sem a sensibilidade suficiente para entender o despertar da emoção inerente, ao instigar a narrativa do velho. Esse procedimento reduz a tensão interdisciplinar no desenvolvimento da metodologia e retira a força primordial para a análise do próprio tema.

A pesquisa então, por este caminho, sofre pelo reducionismo metodológico. A explicação para esta falta de articulação do pesquisador (ou na sua defesa pragmática) pode estar na dificuldade de reconhecer o velho entrevistado como sujeito em sua totalidade. O pesquisador move-se com discurso generalizado de que o velho é importante porque tem histórias para contar para as novas gerações. Ao ultravalorizar o passado pelo passado, com o intuito de mostrar a importância do sujeito na construção histórica, o pesquisador recai inevitavelmente em outra problemática crucial: a negação do sujeito entrevistado no presente. E incorre em um paradoxo: ao articular um discurso para denunciar a opressão do sujeito, o pesquisador o submete a outra forma de violência.

O mergulho para construir Teoria da Comunicação ao considerar a dinâmica e as relações de poder estabelecidas entre o popular (cultura brasileira) e o massivo exige uma conduta metodológica imprescindível: não basta somente considerar o sujeito marginalizado como para além do folclore reduzido a tradição estática ou do valor puro a ser preservado de contaminação da modernidade. É preciso que na práxis comunicativa o sujeito seja tratado como homem e mulher. Quando sua voz estiver disseminada seja no massivo, seja nos centros de memória pelo país, como sujeitos históricos, é com esse valor de inquietação que precisamos ouvi-los. **RIF**

Referências

BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. Trad. Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação**: a comunicação dos marginalizados. São Paulo: Cortez, 1980.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos** 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAFIERO, Carlota. Sem medo de sonhar. **Correio Popular**, caderno C, 23 jun. 2007

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: artes de fazer. V. 1 e 2. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994; 1997

_____. **A Cultura no Plural**. Campinas (SP): Papirus, 1995.

DEBERT, Guita Grin. **A Reinvenção da Velhice**: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 1999.

Demolição do Teatro Municipal Carlos Gomes. Campinas, SP, 1965, V. 8. Coleção V-8/**Centro de Memória Unicamp**. Disponível em:

<http://www.ano40.unicamp.br/mostra_cmu/mostra_cmu_teatro_municipal.html>

FERNANDES, Guilherme Moreira. **Folkcomunicação e os Estudos Culturais**: em busca de aproximações, Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Ed. Graal, 2003.

HOHLFELDT, Antônio. Novas Tendências nas pesquisas da folkcomunicação: pesquisas acadêmicas se aproximam dos estudos culturais. **PCLA**, v. 4, n. 2, jan. fev. mar. 2003. Disponível em:

<<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista14/artigos%2014-1.html>>

JACKS, Nilda A.; ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Objeções à associação entre estudos culturais e folkcomunicação. **Verso e Reverso**, ano XVII, n. 37, São Leopoldo, Unisinos, 2003. Disponível em:

<<http://www.versoereverso.unisinos.br/index.php?e=1&s=9&a=10>>

MASCARO, Sônia de Amorim. **As Imagens dos Velhos e da Velhice nas páginas do Jornal “O Estado de S. Paulo” (1988 – 1991)**. 1993. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1993.

MELO, José Marques de. Luiz Beltrão: pioneiro dos estudos de folk-comunicação no Brasil, **Revista Latina de Comunicación Social**, ano 2, 21 set. 1999.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. A imagem da velhice nas telas do cinema documentário. **Cadernos PAGU – Revista do Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp**, Campinas (SP), n. 13, p. 357-369, 1999.

POLLAK, Michel. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992, p. 200-215.

_____. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos Oraís: do indizível ao dizível. IN: SIMSON, Olga de Moraes von (Org.). **Experimentos com histórias de vida**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

SOUSA, Gerson de. **Memória e Velhice**: Entre a imaginação na arte de contar histórias e a emoção ano narrar a história vivida. 2008. 244f (+ anexos). Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **A Experiência de Estudantes da Terceira Idade no Projeto Universidade Aberta da USP**. 2003. 241f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOUSA, Mauro Wilton. **Sujeito: o lado oculto do Receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

VON SIMSON, Olga de Moraes. Imagem e Memória. In: SAMAIN, Étienne. **O Fotográfico**. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Senac, 2005.

_____. **Folguedo Carnavalesco, Memória e Identidade Sócio-Cultural**. Revista Comunicações, Faculdade Unicamp – Centro de Memória, p. 53-60.

_____. Memória, Cultura e Poder na Sociedade do Esquecimento. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.) **Arquivos, Fontes e Novas Tecnologias: questões para a história da educação**. Coleção Memória da Educação.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade**. São Paulo: Ed. Nacional, 1969.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1995.